

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SAGRADO CORAÇÃO

JÚLIAH BRUNO LIMA MOREIRA DA ROCHA

**A DIPLOMACIA DA SAÚDE EXERCIDA PELO BRASIL
PERANTE A PANDEMIA DA COVID-19: CENÁRIOS DA
COOPERAÇÃO REGIONAL E INTERNACIONAL**

BAURU

2021

JÚLIAH BRUNO LIMA MOREIRA DA ROCHA

**A DIPLOMACIA DA SAÚDE EXERCIDA PELO BRASIL
PERANTE A PANDEMIA DA COVID-19: CENÁRIOS DA
COOPERAÇÃO REGIONAL E INTERNACIONAL**

Monografia de Iniciação Científica apresentado
ao Centro Universitário do Sagrado Coração,
sob orientação do Prof. Dr. Bruno Vicente
Lippe Pasquarelli.

BAURU

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD

R672d	<p>Rocha, Júlia Bruno Lima Moreira da</p> <p>A diplomacia da saúde exercida pelo Brasil perante a pandemia da Covid-19: cenários da cooperação regional e internacional / Júlia Bruno Lima Moreira da Rocha. -- 2021. 48f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli</p> <p>Monografia (Iniciação Científica em Relações Internacionais) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP</p> <p>1. Cooperação. 2. Covid-19. 3. Diplomacia. 4. Saúde. 5. Internacional. I. Pasquarelli, Bruno Vicente Lippe. II. Título.</p>
-------	---

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família e amigos,
por todo amor e afeição que me dedicaram ao
longo desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, à minha irmã e avó que sempre me apoiaram e me incentivaram a superar os desafios e continuar com a escrita. Sou grata também às minhas amigas Beatriz e Caroline, que me motivaram a começar a Iniciação Científica e me auxiliaram ao longo do processo. Obrigada também ao meu orientador, Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli, que acreditou no meu potencial e me encorajou, em todos os momentos, a prosseguir com a pesquisa. Finalmente, sou imensamente grata à Deus, que foi minha fortaleza e protetor durante a trajetória acadêmica, concedendo-me saúde e força.

RESUMO DA PESQUISA FINAL

A pesquisa tem como objetivo analisar o processo das negociações diplomáticas na área da saúde feita pelo Brasil durante o período da pandemia da Covid-19 e quais foram as atuações do país no âmbito regional e internacional, destacando, dessa forma, a importância da cooperação entre países e demais instituições para combater a disseminação do vírus pandêmico. Inicialmente, o conceito de diplomacia da saúde e seus atores serão abordados pelo trabalho para melhor entendimento do leitor à respeito das questões seguintes. Além disso, a pesquisa também irá salientar como se deu a cooperação internacional, acentuando a necessidade do multilateralismo, da solidariedade e da Organização Mundial da Saúde, e, também, da cooperação regional, ressaltando a atuação do Mercosul, durante a pandemia da Covid-19. Para alcançar os objetivos principais da pesquisa, foram utilizados o método comparativo, a utilização de fontes primárias e secundárias, notícias jornalísticas e artigos acadêmicos. Ademais, autores como Kickbush, Rosenau, Sato, Buss, Alcázar e demais outros serão estudados a fim de reafirmar as ideias interpretadas e desenvolvidas e explicar o principal tema do trabalho.

Palavras-chave: Cooperação. Covid-19. Diplomacia. Saúde. Internacional

ABSTRACT

The research aims to analyze the process of diplomatic negotiations in the area of health made by Brazil during the period of the Covid-19 pandemic and what were the country's actions at the regional and international levels, thus highlighting the importance of cooperation between countries and other institutions to combat the spread of the pandemic virus. Initially, the concept of health diplomacy and its actors will be addressed by the work for a better understanding of the reader regarding the following issues. Moreover, the research will also highlight how international cooperation took place, emphasizing the need for multilateralism, solidarity and the World Health Organization, and also regional cooperation, highlighting the role of Mercosur during the Covid-19 pandemic. To achieve the main objectives of the research, the comparative method, the use of primary and secondary sources, journalistic news, and academic articles were used. Furthermore, authors such as Kickbush, Rosenau, Sato, Buss, Alcázar and others will be studied in order to reaffirm the interpreted and developed ideas and explain the main theme of the work.

Keywords: Cooperation. Covid-19. Diplomacy. Health. International

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO.....	6
1.0 INTRODUÇÃO DA PESQUISA	7
2.0 OBJETIVOS	10
3.0 MATERIAIS E MÉTODOS.....	11
4.0 RESULTADOS.....	13
5.0 DISCUSSÃO TEÓRICA.....	18
6.0 CRONOGRAMA ORIGINAL	37
7.0 CRONOGRAMA PARA AS ETAPAS FUTURAS	38
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO

O relatório apresentado a seguir corresponde aos resultados finais encontrados e analisados decorrentes da pesquisa de iniciação científica “A Diplomacia da Saúde exercida pelo Brasil para contenção do Covid-19 e o papel da OMS”, anteriormente denominada “A Diplomacia da Saúde exercida pelos Estados para contenção do Covid-19 e o papel da OMS”, tema de extrema importância para a atualidade. A alteração do título da pesquisa foi modificada devido aos comentários dos Pareceristas que avaliaram o projeto inicial e o relatório parcial, visando especificar e aprofundar mais no tema proposto na pesquisa. E logo após aprovação para o desenvolvimento de uma melhor investigação, e conforme exposto no cronograma desse trabalho, primeiramente ocorreram pesquisas bibliográficas e documentais para auxiliar na formulação do desenvolvimento teórico sobre a governança global da saúde, saúde global, diplomacia da saúde, cooperação regional e internacional, do Mercosul e pandemia do vírus Covid-19 no Brasil. Além disso, também houveram pesquisas em websites de jornais para encontrar notícias que ajudassem a compreender com mais afinco questões relacionadas à pandemia desse vírus no país, tendo sido efetivado, finalmente, o fichamento de 61 referências precisas e confiáveis. O término da coleta de dados acontecerá ao final do mês de Março de 2021, e logo após o relatório parcial será encaminhado ao orientador do mesmo para que seja possível a conclusão dessa etapa acadêmica da iniciação científica. Nos meses de Julho e Agosto de 2021 a pesquisa final será elaborada e concluída, com a pesquisa dos devidos dados, com o objetivo principal de ser apresentado no Fórum de Iniciação Científica no final desse mesmo ano.

1.0 INTRODUÇÃO DA PESQUISA

Em Dezembro do ano de 2019, os primeiros casos positivos para corona vírus surgiram em Wuhan, na China, especialistas da saúde suspeitam que o vírus tenha tido origem em um animal, que transmitiu o vírus aos seres humanos. E no dia 11 de Março de 2020, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, decretou uma pandemia de corona vírus, devido ao alto poder de disseminação do vírus, das consequências advindas e ao fato do mesmo já estar presente em vários continentes. O anúncio realizado pela Organização tem natureza de alerta a todos os países adotarem as medidas necessárias para a contenção do corona vírus, oferecer um acesso eficiente à saúde para todos da sociedade e construir planos de contingência e emergência. O diretor-geral afirma que o sistema internacional se encontra em um estado de urgência e preocupação com o número de afetados e com o número de mortes já verificados. A caracterização da propagação do corona vírus como pandêmica também significa que os Estados devem adotar medidas mais rígidas para o bem comum, como, por exemplo, a quarentena obrigatória dependendo da situação do local. Para o diretor, alguns governos não tratam a questão com seriedade e o cuidado necessário, e pensam que a dimensão do problema é pequena.

A diplomacia da saúde vem sendo amplamente exercida nos últimos meses devido ao aumento de casos resultantes do corona vírus no mundo todo. O conceito de diplomacia da saúde está relacionado as negociações feitas em planos internacionais a fim de moldar a política global de saúde, que possui como princípio básico de que os Estados possuem o dever e a responsabilidade de fornecer saúde à todos, além de cooperar com outros Estados para aumentar as estratégias sobre a saúde global, garantindo-a como direito humano e bem público.

De acordo com Ilona Kickbusch e Chantal Berger, a questão da saúde global desenvolveu-se ao longo da história como parte importante e necessária no âmbito da política externa e da segurança. “A saúde pode interagir com a política externa como instrumento [...] na diplomacia da saúde.” (KICKBUSCH, 2011). A cooperação Sul-Sul tem adotado estratégias sanitárias a fim de fortalecer os sistemas de saúde a partir da potencialização de capacidades e recursos de cada Estado (BUSS, 2011). Essas estratégias visam fortalecer a diplomacia da saúde e enfrentar os desafios de saúde global juntamente com Organização Mundial da Saúde, e as parcerias entre os Estados tornam-se um mecanismo para a fiscalização da saúde global e para a resolução, em conjunto, de possíveis problemas de saúde, levando em consideração o

fundamento de que a saúde é bem comum entre os países e garantida como um direito humano básico.

A relação da diplomacia da saúde também influencia no desenvolvimento econômico e no comércio dos Estados, por exemplo, devido a quarentena em alguns Estados por conta do corona vírus, a economia estagna e pode até decair, devido ao fato de menor atividade econômica e comercial. Questões sobre a saúde global também são tratadas e discutidas pela OMS e as nações membros da mesma, e devem ser desenvolvidas através de tratados e regulamentos próprio, e isso será possível se houver o aumento e a valorização da diplomacia da saúde entre os Estados, unindo forças para promover a saúde global e garantir a mesma como um bem e direito de todos. É dever da Organização Mundial de Saúde criar normas sanitárias, promovê-las e monitorá-las em relação às suas implementações pelos Estados.

No Brasil, a questão da propagação do corona vírus foi vista inicialmente com falta de seriedade, inclusive pelo presidente Jair Bolsonaro, que acreditava que não havia necessidade de preocupação sobre. O presidente despreza a gravidade da pandemia do vírus estabelecida pela Organização Mundial da Saúde e diz que as medidas preventivas elaboradas por outras autoridades, como as do exterior e a de governadores, são exageradas. Mesmo após ser diagnosticado com suspeita do corona vírus, Bolsonaro foi às ruas, tendo contato físico com outras pessoas, os especialistas sanitários desaprovaram a conduta do presidente, sendo imprudente. O presidente critica, de forma negativa, também as medidas preventivas de isolamento que alguns governadores adotaram para evitar a disseminação do vírus, ele alega que prejudicará a economia do país. Segundo matéria do jornal online Estadão, a postura negacionista e irresponsável do atual presidente coloca em risco a integridade da população brasileira, além de atrasar o país em relação aos outros países, e conforme dito pelos autores da matéria, colocando o Brasil na contramão do mundo (FERRAZ & GODOY, 2021).

O ponto principal dessa pesquisa é a caracterização da diplomacia da saúde como fator essencial para atingir metas de saúde global e ser possível enfrentar com eficácia a disseminação do vírus Covid-19, por meio da cooperação regional, internacional e do multilateralismo. Logo, é de extrema necessidade que a política externa brasileira volte a adotar ideologia multilateral, visando restabelecer as negociações diplomáticas da saúde para que então seja possível alcançar metas de saúde nacionais e globais. As realizações obtidas das negociações diplomáticas da saúde acabam por gerar soluções contra as ameaças à saúde global, e podem fornecer cooperações internacionais e regionais em diversos outros ramos da atividade humana, dando às relações entre os Estados e outros atores mais solidariedade e harmonia. Além disso, o

relatório final irá discutir também sobre a importância da cooperação regional através de instrumentos como o Mercosul (Mercado Comum do Sul). Afinal, o Mercosul é um instrumento de fortalecimento da integração, e conseqüentemente irá influenciar nos processos de tomada de decisões da diplomacia da saúde. Em outras palavras, a atuação dos países no bloco é decisiva para a construção de planos e metas conjuntas que visem desenvolver os setores da saúde e da economia. Logo, é possível entender que às ameaças à saúde não respeitam fronteiras, e devido a isso, buscar a solução em âmbito regional parece ser mais propício (BUSS et al. 2017), e se torna ainda mais proveitoso quando já existe uma integração regional, que é o caso do Brasil com o Mercosul, onde o primeiro deve se apoiar no bloco para que ocorra o intercâmbio de conhecimentos sobre o vírus com os demais países membros, sendo possível combater esse risco à saúde mais rapidamente.

2.0 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar o exercício da diplomacia da saúde feito pelo Brasil e seus outros atores atuantes do sistema internacional durante a pandemia do vírus Covid-19, verificando a importância da cooperação internacional para a garantia da saúde global.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Compreender como os atores da política interna e externa brasileira constroem a saúde global através da cooperação internacional.
2. Estudar as relações de diplomacia da saúde durante e após a pandemia.
3. Analisar o papel da Organização Mundial da Saúde (OMS) perante a pandemia, assim como as medidas preventivas de saúde citadas pela mesma.
4. Explicar como o Brasil preparou-se para conter a propagação do vírus Covid-19 e se tratam a questão com a seriedade necessária, atendendo as medidas citadas pela Organização Mundial da Saúde.
5. Explicar brevemente que as classes baixas e periféricas possuem menos acesso à higienização, dificultando a contenção do vírus Covid-19.
6. Compreender como o Brasil aproveitou-se da integração regional e do Mercosul para combater a pandemia.

3.0 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa tem como finalidade compreender os rumos das negociações diplomáticas da saúde durante a pandemia do vírus Covid-19, e quais os frutos advindos dessas negociações, como uma maior cooperação internacional e a proteção da saúde global. A fundamentação teórica foi realizada através da leitura de artigos científicos, notícias de jornais e de livros, tendo enfoque nas ideias de diversos autores de saúde e diplomacia da saúde. Serão estudados autores como Kickbush, Rosenau, Sato, Buss, Alcázar e muitos outros a fim de reafirmar as ideias interpretadas e desenvolvidas e explicar o tema principal desse projeto de pesquisa.

Feito isso, será possível uma melhor compreensão do leitor sobre a diplomacia da saúde realizada pelos múltiplos atores do plano internacional durante a pandemia do vírus Covid-19, e mostrar quais os objetivos, interesses e as consequências dessa cooperação internacional em prol da saúde global, assim como entender as possíveis soluções que esses atores podem encontrar para diminuir ou dar um fim à disseminação do vírus pandêmico. Além disso, também será possível compreender com maior clareza o papel dos Estados e de outras organizações, como, por exemplo, a Organização Mundial da Saúde, no processo para remediar as sequelas deixadas pelo vírus, para a prevenção contra a disseminação do mesmo através de medidas preventivas de saúde ditadas pela OMS. Insta salientar que a cooperação regional feita por meio do Mercosul também será abordada para explicar quais foram os planos realizados para combater a pandemia na América do Sul, e como o Brasil atuou diante da oportunidade regional que possuía para resolver de forma mais eficaz os problemas trazidos pela pandemia.

Por meio do desenvolvimento teórico o presente trabalho visa explicar a relevância do tema principal, buscando conceituar questões que auxiliem no entendimento do leitor, como a relação entre governança global da saúde e diplomacia da saúde. Ademais, será realizado uma análise comparativa do modo como os países adotaram, ou rejeitaram, essas medidas preventivas sanitárias e como reagem à denominação da pandemia de corona vírus, verificada pela OMS, se eles tratam a questão com seriedade ou se tratam essa ameaça à saúde global como de extrema relevância e primazia. A pesquisa também irá avaliar como as classes baixas e periféricas são afetadas pela disseminação do vírus Covid-19, uma vez que o acesso à saúde e aos meios de higienização são ineficazes e insuficientes, quando não escassos.

Através de uma ampla coleta de dados em fontes primárias e secundárias, e da utilização de métodos qualitativos e quantitativos será então possível conceder uma explicação ampla sobre o principal objetivo dessa pesquisa ao leitor, facilitando sua compreensão em relação ao

tema, e levantando questionamentos sobre como o Brasil pode exercer e melhorar a diplomacia da saúde, dessa forma aumentando a cooperação internacional e regional, e protegendo a diplomacia da saúde.

4.0 RESULTADOS

Diante do que foi exposto e explicado, é possível perceber a importância de um bom desenvolvimento da diplomacia da saúde, principalmente no período pandêmico atual. As negociações diplomáticas relativas à saúde realizadas pelos múltiplos atores internacionais possuem como objetivo a manutenção da saúde global, dessa forma aumenta-se a cooperação internacional em prol da mesma e geram-se proveitos para os Estados atuantes. A multiplicidade de atores dentro de missões diplomáticas de saúde é benéfica, uma vez que os interesses são semelhantes e portanto pode-se alcançar as metas de saúde global de forma mais eficaz e rápida.

O exercício contínuo da diplomacia da saúde feita por uma nação está intimamente ligado à governança da saúde global. Em outras palavras, os frutos advindos das missões diplomáticas correlatos à saúde influenciam o funcionamento da governança da saúde global, atingindo mais metas e desenvolvendo a saúde ao redor do mundo. E com a evolução da governança da saúde global, a mesma irá incidir sobre decisões de um Estado, moldando sua diplomacia da saúde, e essas serão aplicadas internacionalmente. Logo, é necessário compreender que para o desenvolvimento de uma governança da saúde global eficaz é imprescindível a utilização de variadas negociações diplomáticas em relação à saúde, para atingir as metas da saúde global, de preferência aquelas que visam o fim da pandemia do Covid-19.

E de frente à essa grande ameaça virulenta, é preciso entender a situação brasileira atual, ou seja, é necessário perceber o grande impacto negativo que a pandemia do vírus Covid-19 ocasionou para a política doméstica e para a política externa do Brasil. E não foi apenas o setor político que foi afetado, os demais setores da atividade humana também, como a economia mundial, e por conta disso, muitos países buscam conciliar a aplicação de medidas para recuperar a economia com a realização de táticas para o combate do vírus (ALVARENGA *et al.*, 2020).

No que concerne à economia brasileira é preciso observar os efeitos negativos gerados pela pandemia do vírus mencionado. Em relação ao setor financeiro interno, o Brasil sofreu queda considerável em seu PIB (Produto Interno Bruto) em 4,1% apenas no ano de 2020, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). É possível observar que muitas atividades relativas ao setor econômico e comercial foram paralisadas de forma parcial ou total por conta de medidas restritivas para conter a disseminação do vírus,

como a imposição do “lockdown” em várias regiões do país (UOL, 2021 *apud* PALIS). E por conta disso, houve o aumento do desemprego e da inflação e a diminuição do consumo (GARCIA, 2021), e conseqüentemente, o Estado deverá projetar um conjunto de estratégias que visem auxiliar financeiramente a sociedade, com a finalidade de recuperar a economia brasileira, evitando mais danos à mesma e dessa forma, é possível reparar a crise no setor da saúde também (MORENO & HANUSCH, 2020).

“...os impactos da crise sobre a economia brasileira serão consideráveis, piores do que os verificados em virtude dos desdobramentos da crise financeira e política de 2014. Certamente, os impactos não afetarão apenas a economia nacional, mas também as demais economias globais. As economias que não lograram o rápido controle da epidemia e continuam alimentando altos níveis de incerteza sobre a capacidade de controle da crise sanitária tendem a sofrer mais intensamente os impactos da “segunda-onda”. ” (OLIVEIRA, 2020).

Logo, é esperado que o Brasil coloque os objetivos e interesses econômicos e comerciais em segundo plano, dando assim, uma maior importância para a crise de saúde enfrentada atualmente pelo país. Colocá-los em segundo plano significa deixá-los com um menor grau de importância, porém não abandoná-los, em relação aos problemas de saúde anteriormente existentes no território nacional e acentuados pela ocorrência da pandemia. E dando prioridade a encontrar soluções para a crise de saúde nacional, o país protege sua população e promove um governo mais cooperativo e solidário, uma vez que há a cooperação entre diversas nações do sistema internacional para a manutenção da saúde global (PANISSET, 2017, *apud* HORTON, 2007). A disseminação de doenças de alto contágio constitui ameaça à saúde e ao desenvolvimento econômico e comercial de qualquer país, e por conseguinte, impulsiona a essencialidade do exercício da diplomacia da saúde, tanto em nível nacional quanto em internacional (BARRACLOUGH & PHUA, 2007). É imprescindível que os Estados, principalmente o Brasil, exerçam a diplomacia da saúde para melhorar a cooperação entre eles, dessa forma é possível alcançar os objetivos no setor da saúde e também da economia, podendo assim recuperar ambos, desde que exista um bom planejamento do governo brasileiro para tal.

Em relação à sua política externa durante a pandemia, o Brasil toma decisões e vale-se de ações que se afastam da ideologia multilateralista adotada por governos anteriores. Ao se afastar do multilateralismo, o governo regido pelo atual Presidente, Jair Messias Bolsonaro, é simpatizante de ideologias e práticas empregadas pelos Estados Unidos da América (ALVARENGA *et al.*, 2020). Através de outras fontes jornalísticas e objetivas, é possível perceber como o Brasil estreitou suas relações com o EUA, temos como exemplo as atitudes de Bolsonaro ao ameaçar cortar relações e sair da Organização Mundial da Saúde, assim como fez

e cumpriu os Estados Unidos da América sob governo de Trump (ABRANTES, 2020, *apud* REUTERS, 2020)

O distanciamento do Brasil de políticas externas de caráter multilateral pode trazer consequências a curto e longo prazo, prejudicando as atividades diplomáticas que o país possui dentro do sistema internacional, como, por exemplo, a atuação do mesmo em fóruns internacionais, em iniciativas e projetos para aumentar a Cooperação Sul-Sul, protegendo, dessa forma a saúde global, além da participação em negociações internacionais e em assuntos diplomáticos, tanto regionalmente quanto mundialmente (ALVARENGA *et al.*, 2020), dessa forma enfraquecendo a diplomacia da saúde brasileira. A importância de uma política externa multilateral é reafirmada por Tobar e Linger ao relatarem que:

“A pandemia tem gerado alto impacto sanitário, social e econômico, indicando que para superar a situação da crise são necessárias instituições multilaterais fortes de cooperação, assim como o estabelecimento de cadeias produtivas que integrem as economias da região.” (TOBAR e LINGER, 2020).

Ambos os autores acima citados também verificam em sua pesquisa que governos que negam ou subestimam a situação da pandemia (negacionista) e a má gestão estratégica na criação de planos preventivos contra o vírus colocam outras áreas em risco, além da saúde, como a da economia e a do comércio, e por conseguinte, as políticas multilaterais falham diante desses contextos (TOBAR e LINGER, 2020).

É possível verificar que o Brasil era mais atuante a participativo de ações multilaterais relativas à saúde no período anterior à pandemia, e assim sendo, havia um foco maior para aumentar a cooperação internacional. Mas os efeitos advindos da pandemia do vírus Covid-19 unindo-se às estratégias políticas e sanitárias mal preparadas pelo governo brasileiro fez com que sua atuação no sistema internacional em prol da saúde global retrocedesse e piorasse. Em outras palavras, o governo atual brasileiro segue uma vertente política que afeta o modo de operação de suas negociações diplomáticas à saúde, ou seja, o posicionamento do governo brasileiro tende a seguir ideologias e decisões de cunho conservador neoliberal de extrema direita, assim como os EUA (ALVARENGA *et al.*, 2020, *apud* LIMA; ALBUQUERQUE, 2019).

Após os dados e informações ressaltados acima, é viável concluir que o governo atual do Brasil durante a pandemia do vírus Covid-19 se distanciou do multilateralismo em relação à política externa e também da cooperação internacional, e diminui sua atuação perante às atividades diplomáticas da saúde dentro do sistema internacional, abandonando seu

posicionamento histórico de cooperador internacional e regional para a melhoria da ciência e da saúde, no que diz respeito à sua participação de acordos, tratados, convenções, entre outros. Isso se deve ao fato de que a política interna brasileira é incompetente, negacionista e irresponsável, ademais, o governo não desenvolve estratégias para implementar medidas eficazes contra a disseminação do vírus e não incentiva instituições que desenvolvem a ciência e a saúde. É arriscado para o Brasil se distanciar da cooperação internacional durante a pandemia do Covid-19, uma vez que atinge possíveis benefícios que podem ser providos ao mesmo advindos de futuras atuações do país em diversos assuntos de governança global, seja em relação à saúde ou outros setores da atividade humana.

Insta salientar que o auxílio do Brasil à sociedade não deve ser apenas financeiro, deve ser também sanitário. As comunidades periféricas e as favelas são locais mais propensos à aumentar a disseminação do vírus, uma vez que as condições de vida são mais precárias (FREITAS *et al.*, 2020), e é dever do Estado brasileiro assegurar a devida proteção à elas, conforme fundamenta a Constituição Federal do Brasil de 1988 no caput de seu artigo 6º, a saúde é um direito social, e combinado com o inciso IV do artigo 3º do mesmo documento, é possível ver que o Brasil tem por obrigação constitucional promover o bem estar e saúde da sociedade brasileira como um todo, não excluindo as comunidades periféricas. Por se tratar de territórios com alta concentração populacional em áreas pequenas, é difícil para o Estado brasileiro aplicar de forma eficaz as medidas preventivas e sanitárias, e conseqüentemente, há um aumento do número de casos e da letalidade pelo Covid-19 (FREITAS *et al.*, 2020, *apud* LINDER, 2020). Portanto, é imprescindível que as desigualdades sociais sejam sanadas a fim de garantir o direito à saúde à todos os cidadãos brasileiros, principalmente durante o período da pandemia do Covid-19. Uma vez que esse vírus possui alta e fácil disseminação, o Brasil tem o dever de impor medidas sanitárias e preventivas o quanto antes, para promover a saúde em âmbito nacional.

Conclui-se também que a cooperação regional demonstra-se tão importante quanto a cooperação internacional. E é através do Mercosul que essa integração regional será fortalecida, a fim de contornar períodos graves como o da atual pandemia do vírus Covid-19. Logo, o Mercosul é um bloco econômico nascido de ideais integracionistas da América do Sul, cujas metas voltam-se para propósitos em comum, relacionados às áreas da saúde e da economia. E perante a pandemia do Covid-19 foi verificada a essencialidade de desenvolver o bloco e participar ativamente do mesmo, pois teria sido possível unir os Estados membros para criar um conjunto de ações contra a disseminação do vírus, evitando, assim, maiores crises sanitárias

e econômicas. Porém, os países membros, apesar de reunirem-se algumas vezes nos primeiros meses do ano de 2020, acabaram agindo de forma individual, não aproveitando as oportunidades oferecidas pela integração regional e pelo Mercosul. E mesmo sendo considerado um forte motor na América do Sul, o bloco econômico não foi devidamente usufruído pelos seus integrantes. Tal fato se verifica ao analisar a atuação brasileira perante a pandemia. O Brasil não soube administrar os instrumentos de cooperação regional e internacional que possuía à sua disponibilidade, e acabou tomando decisões isoladas e tardias, uma vez que o atual governo negligenciou a pandemia e agiu com irresponsabilidade frente à mesma. Portanto, é possível compreender que se o Mercosul tivesse sido usado como um mecanismo de integração regional no combate à disseminação do vírus pandêmico, haveria um desenvolvimento da diplomacia da saúde, pois haveria maiores conversações e negociações rodeando essa área. E assim, encontrar soluções mais rápidas e eficazes para lutar contra o Covid-19 teria sido mais vantajoso e inteligente se as metas da área da saúde fossem concretizadas por meio de ações e decisões coletivas.

5.0 DISCUSSÃO TEÓRICA

Para ser possível entender como ocorre o exercício da diplomacia da saúde durante o período da pandemia do vírus Covid-19, é necessário, em um primeiro momento, compreender a governança global e como essa está intimamente relacionada às atuações diplomáticas, em qualquer setor. A governança global é um termo emergente dentro dos estudos sociais de Relações Internacionais, mas que ainda não possui um conceito único e determinado. Victoria Lennox (2008) aponta em seu artigo “Conceptualising Global Governance in International Relations”, e com base nos estudos de James Rosenau (1995), que para ser possível entender o termo governança global é necessário a verificação de cinco pontos principais. O primeiro deles é que a governança global é produto das relações interdependentes entre atores da nova ordem mundial, sendo que esses possuem ideias, metas e interesses variados. Mas é importante salientar que não existe uma hierarquia fixa dentro do sistema internacional, isso significa que posições de dominação são voláteis entre os atores, e mudam constantemente conforme o tempo. A multiplicidade de atores e de interesses diversos é um elemento essencial para um melhor entendimento do conceito de governança global, afinal são as relações, de qualquer natureza, entre os mesmos que transformam o cenário mundial, pois possuem efeitos nacionais e transnacionais. Os objetivos desses atores contribuem para a formação de políticas, que repercutem internacionalmente. O quarto ponto apresentado por Lennox demonstra que esses múltiplos atores participam do processo de tomada de decisões, seja em plano doméstico ou internacional, e as decisões feitas afetam diretamente o funcionamento e desenvolvimento da governança global. Como último ponto, a autora defende que os atores e instituições que possuem mais poder dentro do sistema internacional, serão aqueles que mais serão beneficiados pela ordem global, assim como seus interesses, mas reafirmando aquilo descrito no segundo ponto, o poder é distribuído através de uma construção social, e pode variar periodicamente. Unindo e explicando os pontos de Lennox, se pode, de certa forma, resumir o que seria a governança global. Portanto, o termo governança global é derivado de um complexo e dinâmico sistema global, cujas noções de poder e dominação são construídas socialmente e historicamente, sendo composto por relações interdependentes de múltiplos atores, autônomos ou não autônomos, e que detêm diferentes objetivos e interesses, e acabam realizando ações governamentais, seja de forma direta ou indireta, e conseqüentemente afetam o funcionamento e mecanismos do sistema global (LENNOX, 2008, pg. 7-8).

A definição de governança global também é trabalhada no artigo “Global Governance as a Perspective on World Politics” de Klaus Dingwerth (2006) e de Philipp Pattberg (2006). A realização do artigo também foi baseada nos trabalhos de Rosenau (1995), e tem como finalidade desenvolver uma explicação mais detalhada do que é a governança global e como ela implica nas políticas globais. Para os autores, a governança global consiste em um mecanismo complexo e sistêmico que possui interferência das ações e decisões de vários atores, ou seja, o termo governança global remete à uma rede de interligações entre os níveis políticos, como nacional, regional, transnacional e internacional. (DINGWERTH, 2006 e PATTBERG, 2006, pg. 7-8).

Se pode concluir então que a governança global é construída por sistemas normativos e ligações entre atores do cenário doméstico e internacional, que colaboram politicamente entre si, a fim de satisfazer seus interesses e objetivos, e quando ocorre a equivalência desses devido a presença de algum problema global, esses atores irão cooperar para a solução do mesmo. Sendo possível a utilização de ferramentas internacionais, como a diplomacia, mediação, arbitragem, ou até mesmo organizações mundiais para a ocorrência da governança global.

Os autores Leon Gordenker e Thomas Weiss confirmam essa definição ao indicar que a governança global é um conjunto de esforços que visam trazer respostas confiáveis e ordeiras para problemas sociais e políticos que vão além da capacidade de resolução individual dos Estados nacionais (DINGWERTH, 2006 e PATTBERG, 2006, *apud* GORDENKER, 1996, e WEISS, 1966, pg. 11) (tradução nossa). Portanto, a governança global acaba sendo um conceito que auxilia a explicar os fenômenos e processos de questões relacionadas à política global, sendo que essa está em constante transformação, uma vez que é caracterizada pela multiplicidade de atores e suas diversidades de interesses e objetivos.

Para que seja possível a existência de uma governança global, é essencial que haja cooperação e auxílio entre os vários atores do cenário das políticas globais, pois dessa forma é concebível se alcançar os interesses e metas em comum, e com isso também se combate os desafios globais apresentados dentro do sistema internacional. A Organização das Nações Unidas serve como um instrumento importante e necessário para que essa cooperação seja regulada, harmonizada e desenvolvida (DINGWERTH, 2006, e PATTBERG, 2006, pg. 10). Rosenau compartilha pensamento semelhante, ao apontar que:

“... é necessário esclarecer que governança global se refere mais do que as instituições e organizações formais, através das quais a administração dos negócios internacionais são ou não mantidas. O sistema das Nações Unidas e governos nacionais certamente são centrais para a gestão da governança global, mas eles apenas são uma parte do

quadro completo. Ou pelo menos nesta análise, governança global é concebida para incluir sistemas normativos em todos os níveis de atividade humana ... em que a busca dos objetivos por meio do exercício de controle possui repercussões transnacionais.” (ROSENAU, 1995, pg. 1) (tradução nossa).

Para Rosenau, o sistema regulamentado da Organização das Nações Unidas, além das organizações provenientes da mesma como Organização Mundial da Saúde, Organização Mundial do Comércio e outras, torna-a uma ótima ferramenta utilizada por vários atores do mundo, tanto estatais como não estatais, sendo recorrida para a solução de problemas e para auxiliar em relação a diversas questões. Dito isso, é possível afirmar que existe uma inclinação dos atores a responsabilizar e centralizar a ocorrência e articulação da governança global à Organização das Nações Unidas (ROSENAU, 1995, pg. 22).

Além da presença e da utilização de meios para a solução dos problemas, é essencial que ocorra uma maior cooperação entre os atores do sistema internacional, sendo assim, a governança global possui uma evolução maior. Essa cooperação e auxílio mútuo acontece perante a apresentação de desafios e problemas com repercussões globais, chamando a atenção dos atores para a procura de soluções. É nesse momento que os objetivos e interesses da maioria ou de todos os atores são semelhantes. E o que ocorre quando os interesses desses atores colidem em concordância? Após a constatação de um problema global urgente, as partes atuantes da governança global irão buscar por respostas e soluções a fim de diminuir ou erradicar o problema por meio da cooperação. Isso ocorreu perante a pandemia do vírus Covid-19, que ocasionou quarentenas ao redor do globo, comprometendo a economia mundial e outros setores da atividade humana.

Durante a pandemia do vírus Covid-19 é notável a necessidade de uma maior cooperação e negociações entre os Estados e outros atores do sistema internacional. É neste momento que o desenvolvimento da governança global torna-se indispensável, pois é através da elaboração de políticas globais que o problema da pandemia poderá ser solucionado, com o auxílio de organizações mundiais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS). A diplomacia é um dos principais ramos para a ocorrência das políticas globais e da governança global, uma vez que delas recaem frutos benéficos das negociações realizadas internacionalmente. Em relação ao problema da pandemia, países, organizações internacionais, instituições governamentais ou não governamentais, e outros atores do sistema uniram forças e recursos para encontrar uma vacina eficaz contra o vírus, para que fosse possível a estabilização do setor da saúde e de outros como o da economia.

É essa cooperação internacional que auxilia o progresso das relações entre Estados e outras instituições, visto que as decisões tomadas pelos mesmos produzem efeitos internos e também externos. As interações e ajudas internacionais crescem quando se depara com problemas ou assuntos que afetam a maioria dos países ou todos eles, onde se pode aplicar o exemplo tratado no presente trabalho, a disseminação do vírus Covid-19, que causou milhões de mortes humanas e outras sequelas nos diversos setores da ação humana, como na economia, na saúde e na sociabilidade, além dos demais. Quando atores internacionais encontram problemas ou questões que possuem (ou podem vir a possuir) dimensões grandes e imediatas a primeira solução é buscar por ajuda, seja de países vizinhos, de organizações internacionais, ou até mesmo de instituições de caráter privado, e através da aplicação de medidas e programas achar uma resposta benéfica a todos.

Com a ocorrência da pandemia do corona vírus, ficou visível a essencialidade da cooperação internacional, porque permitiu que as interações entre os atores resultassem frutos como medidas de segurança à saúde, certa estabilidade, mesmo que temporária, no sistema internacional, similaridades nos objetivos e interesses, surgimento de novas relações e também a renovação de outras, consistência nos diálogos diplomáticos e muitos outros, dessa forma se tornando um fenômeno transformador para as relações internacionais. Outro benefício advindo da cooperação internacional é:

“... a expressão de diferentes culturas e tradições presentes em instituições políticas e conselhos sociais se fazem entender uma à outra, fazendo com que o ambiente internacional seja mais amigável e mais propenso a viver em harmonia e paz. Assim, as nações que participam mais ativamente de programas de cooperação internacional, além de se beneficiar das oportunidades oferecidas pela troca de conhecimento e informação, também possuem na cooperação um fator moderador na difícil barganha por interesse na área internacional.” (SATO, 2010) (tradução nossa).

Dito isso por Eiili Sato, professor e diretor do instituto de relações internacionais da universidade de Brasília, é possível compreender com maior exatidão como as relações internacionais visam a uma maior interação entre os Estados, trocando conhecimentos e outros meios a fim de combater a disseminação do vírus Covid-19. Ao realizar essas interações e negociações remetentes à preservação da saúde humana, os atores internacionais exercem o que se chama de diplomacia da saúde. O conceito de diplomacia da saúde está relacionado as negociações feitas em planos internacionais a fim de moldar a política global de saúde, que possui como princípio básico de que os Estados possuem o dever e a responsabilidade de fornecer saúde a todos, além de cooperar com outros Estados para aumentar as estratégias sobre a saúde global, garantindo-a como direito humano e bem público.

Em outras palavras, a diplomacia da saúde é caracterizada por negociações e outras estratégias realizadas por um grande número e variedade de atores, nacionais ou internacionais, e cujo objetivo é administrar as políticas de saúde global. Além disso, as negociações geram ótimos proveitos para as partes participantes, como benefícios igualitários e uma maior confiança, sendo possível alcançar as metas da saúde global (PANISSET, 2017, *apud*, BOND, 2008). Posto isso, é necessária uma breve explicação do conceito de saúde global, para ser possível compreender com mais afinco o funcionamento da diplomacia da saúde global. O termo saúde global engloba as necessidades de saúde que as sociedades do mundo todo apresentam, e sendo o direito à saúde um direito universal, existe a importância de suprir essas necessidades, e é através das políticas de saúde global que os atores do sistema internacional deverão auxiliar. Em uma definição mais detalhada, podemos salientar que a saúde global refere-se “àsquelas questões de saúde que transcendem fronteiras nacionais e governos e demandam a saúde das pessoas. Requer novas formas de governança em nível nacional e internacional, as quais procuram incluir uma ampla gama de atores.” (KICKBUSH, 2010, BERGER 2010, *apud* KICKBUSCH & LISTER, 2006).

Dada a breve conceituação do tema “saúde global”, o leitor é capaz de um maior entendimento sobre, e por isso é importante voltarmos ao desenvolvimento da diplomacia da saúde e sua relação com as políticas de saúde global, dando continuação à fundamentação do presente trabalho. Foi revelado anteriormente que o exercício da diplomacia da saúde é feito por vários e diversos atores, dando uma caracterização multifacetada às negociações e conversas do sistema internacional em termos de saúde.

A multiplicidade de atores nas negociações diplomáticas sobre temas da saúde é um fator benéfico para a cooperação internacional, visto que ocorre a união de interesses para se chegar em determinadas metas. Além disso, o sistema internacional se transforma em um ambiente mais harmônico, altruísta, e mais suscetível da realização de futuras cooperações ou ajudas internacionais. É notável essa cooperação entre os vários atores durante a pandemia do vírus Covid -19 na busca por uma vacina, sendo que dessa meta haveria vários beneficiados, satisfazendo tanto os interesses nacionais quanto os internacionais de cada Estado, e desse modo, os atores do cenário internacional promovem uma maior solidariedade entre si mesmos para que no futuro, seja possível enfrentar com mais rapidez quaisquer problemas relacionados à saúde. Mas um fator importante a ser relevado e questionado é se esses atores internacionais estão dispostos a arriscar outros setores que os rodeiam, como a economia mundial, ou o comércio, além de tomar decisões que podem acometer suas soberanias nacionais?

Um Estado poderá tomar decisões sobre saúde global no plano externo que podem colidir diretamente com seus interesses econômicos e prejudicar sua soberania estatal. A Organização Mundial da Saúde enfatiza que as decisões tomadas para garantir a saúde global estão conectadas com as políticas econômicas e comerciais de cada Estado ou outro ator (PANISSET, 2017, *apud* WHO, 2015). E isso é visível durante as quarentenas e outras medidas restritivas e sanitárias decretadas por muitos governos, onde vários países possuíram crises econômicas e comerciais, e essas precauções eram essenciais uma vez que a saúde do mundo todo se encontrava ameaçada. Era esperado dos líderes de Estado um posicionamento favorável à garantia da saúde global, cujos interesses econômicos e comerciais precisariam ter sido colocados em segundo plano.

Além de tudo, a OMS é uma organização que possui como principal missão a promoção da saúde de alcance universal. Em outras palavras, a OMS visa garantir uma boa qualidade de vida à todo ser humano, através de iniciativas e programas de saúde, de negociações e acordos para a manutenção da saúde global e também de parcerias com atores do cenário internacional na busca por soluções para enfrentar problemas de saúde emergentes (WHO, 2021). Ao garantir a primazia da saúde global, a organização entende que as nações devem procurar um equilíbrio entre a participação em ações internacionais cooperativas para assegurar a saúde global, sendo essa feita por meio da diplomacia da saúde, e a defesa de outros interesses nacionais, sejam eles de caráter econômico ou comercial.

Em face do vírus pandêmico Covid-19, os Estados devem priorizar decisões que beneficiem o setor da saúde, nacional ou global, mas não abandonando de fato os interesses financeiros, apenas dando-os um menor grau de importância devido às circunstâncias do momento de pandemia. Dessa maneira os Estados protegem seus cidadãos, promovem mais altruísmo, solidariedade e cooperação entre as nações do sistema internacional (PANISSET, 2017, *apud* HORTON, 2007). É imprescindível afirmar de que o exercício da diplomacia da saúde depende da existência de uma cooperação internacional entre esses atores, que devem alinhar interesses e mecanismos a fim de combater os obstáculos que impedem que as políticas de saúde global sejam desempenhadas.

Portanto é possível entender que a prática da diplomacia da saúde influencia nos setores econômico e comercial dos Estados, pois a busca de metas que garantam a saúde global e promovam a cooperação internacional pode colocar em segundo plano os interesses financeiros de cada país. Devido a quarentena em alguns Estados por conta do vírus Covid-19, a economia estagna e pode até decair, justamente pelo fato da presença de menor atividade de consumo e

outros fatores relacionados. As doenças infecciosas à saúde constituem ameaça para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, impulsionam o crescimento da necessidade da diplomacia da saúde, em níveis nacional e internacional (BARRACLOUGH & PHUA, 2007).

Os novos desafios apresentados que incidem sobre a saúde global fizeram com que os múltiplos e variados atores das políticas globais de saúde unissem seus recursos e outros mecanismos para o aumento da cooperação internacional. E ao aumentar e melhorar as relações entre si mesmos, esses atores praticam a diplomacia da saúde, que são vários processos de negociações, cujos resultados constroem a política global da saúde. O exercício da diplomacia da saúde possui três principais objetivos: em primeiro lugar as negociações diplomáticas da saúde visam contribuir para manter uma segurança em saúde, tanto em nível doméstico quanto em nível internacional; o segundo objetivo é fortalecer as relações diplomáticas entre os atores internacionais, tornando-os mais amigáveis e suscetíveis de ações altruístas em prol da saúde; o último principal objetivo é tornar nítido de que a saúde é um direito humano e universal

Dessa forma é viável notar a relação da diplomacia da saúde com a governança global. Enquanto a diplomacia da saúde é formada por um conjunto de ações e negociações internacionais relativas às questões de saúde, e tem como principal objetivo garantir a saúde global através do estímulo da cooperação internacional entre os múltiplos atores mundiais. Ela é mundialmente praticada para satisfazer objetivos de saúde nacionais e internacionais, seguindo o princípio de que a saúde é um direito de todo cidadão. Uma grande parcela da diplomacia da saúde é regulada pela Organização Mundial da Saúde, mas isso não significa que a diplomacia da saúde não afete outros atores ou agências, pelo contrário, questões de saúde debatidas e negociadas geram grande influência em outros ramos da atividade humana, como no setor financeiro (KICKBUSH & BERGER, 2010).

Já a governança da saúde global possui como princípio básico de que sua estrutura é assentada no fato de que os governos têm como principal responsabilidade garantir o direito à saúde de seu povo, e que devem estar preparados para formar parcerias, negociações e outras formas de cooperação internacional com outros atores para combater qualquer ameaça à saúde global (KICKBUSH & BERGER, 2010, *apud* DODGSON *et al.*, 2002). Isso significa que a governança da saúde global é a utilização consciente de diversas instituições e organizações internacionais, além de seus ordenamentos jurídicos e outras normas que regulam os processos de tomada de decisões no plano interno e externo, cuja finalidade é promover e garantir a saúde global (KICKBUSH & BERGER, 2010, *apud*, KRASNER, 1983). A governança de saúde

global então se caracteriza por relações interdependentes entre os atores do sistema internacional, ligadas à área de saúde, e ela se utiliza de instrumentos normativos para ajudar no processo de tomada de decisão relativas à saúde, tanto no plano doméstico quanto no plano externo, e sua principal meta é manter e promover a saúde global.

Agora, com mais facilidade, é razoável perceber a relação da governança da saúde global com a diplomacia da saúde, onde a primeira necessita das negociações diplomáticas na área da saúde para assim atingir seu objetivo, que é a garantia da saúde global. É através da diplomacia da saúde que as engrenagens do grande mecanismo que é a governança da saúde global se movem, desenvolvendo ainda mais os progressos nas áreas de saúde, atingindo mais metas e proporcionando o direito à saúde à todos. Ademais, essa forma de governança global irá incidir sobre as decisões de um Estado, ou de outro ator, e conseqüentemente irá moldar o rumo das negociações diplomáticas em relação à saúde do mesmo, que irá buscar por satisfazer seus fins em plano nacional e internacional. Podemos concluir que o desenvolvimento e existência de uma boa governança da saúde global depende da utilização de diferentes negociações diplomáticas na área da saúde e outros recursos normativos disponibilizados por instituições ou organizações, e os frutos da governança da saúde global incidem diretamente no processo de tomada de decisões de múltiplos atores do sistema internacional, afinal o objetivo principal de ambos os termos é garantir a saúde global e promover, assim, um ambiente internacional mais cooperativo, altruísta e harmônico, pois acontece o crescimento da cooperação internacional, para sanar riscos e problemas que causam, ou venham a causar qualquer ameaça à saúde global.

De frente à grande ameaça da disseminação do vírus Covid-19, os múltiplos atores participantes da governança da saúde global se uniram em uma forte cooperação internacional para alcançar uma solução ao devido problema. E foi graças à grande expansão da diplomacia da saúde, principalmente no período da pandemia, que os Estados e outras organizações como a OMS, através de parcerias, acordos e outros meios cooperativos, obtiveram sucesso em curto prazo ao desenvolverem vacinas eficazes contra o determinado vírus. De fato, a diplomacia da saúde é essencial para garantir a saúde em ambientes nacionais e também internacional, isso demonstra sua grande importância, sobretudo em momentos tão delicados quanto a declaração de uma pandemia, que ocasionou como resultado uma grande mobilização mundial, atingindo outros setores da atividade do ser humano, como o da economia e do comércio.

É importante enfatizar também o papel da Organização Mundial da Saúde em face da pandemia causada pelo vírus Covid-19. Antes de tudo, é necessário entender com qual

finalidade a organização foi criada, para depois explicar como a atuação da mesma em questões de saúde é significativa para todo o sistema internacional. Com sua criação em 1946 pela Conferência Internacional de Saúde em Nova York (EUA), a OMS tornou-se uma organização essencial, e sendo parte da Organização das Nações Unidas. O nascimento da OMS veio para auxiliar os sistemas de saúde nacionais de vários países que foram afetados pela Segunda Guerra Mundial, o colapso desses sistemas podia significar uma grande interferência nos setores comerciais e econômicos, ambos necessários também para que a reconstrução dos países fosse possível no pós-guerra (TOBAR, 2017).

O artigo 1º da Constituição da Organização das Nações Unidas (1946) declara que a principal meta da organização será adquirir o melhor de nível de saúde para todos os povos do mundo, ou seja, será a garantia da saúde global (BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS, USP). Questões sobre a saúde global também são tratadas e discutidas pela Organização Mundial de Saúde e as nações membros da mesma, e devem ser desenvolvidas através de tratados e regulamentos próprios, e isso será possível se houver o aumento e a valorização da diplomacia da saúde entre os Estados, unindo forças para promover a saúde global e garantir a mesma como um bem e direito de todos. É dever da Organização Mundial de Saúde criar normas sanitárias, promovê-las e monitorá-las em relação às suas implementações pelos Estados. Como verifica Elil Renganathan:

"As principais funções da OMS são fornecer liderança em assuntos críticos para a saúde e envolver-se em parcerias onde a ação conjunta é necessária; para moldar a pesquisa agenda e estimular a geração, tradução e a disseminação de conhecimento valioso; estabelecer normas e padrões e promover e monitorar sua implementação; articular opções políticas éticas baseadas na evidência; promover apoio técnico; catalisar mudanças e construir capacidade institucional sustentável; e monitorar a situação da saúde e avaliar as tendências de saúde." (RENGANATHAN, 2013) (tradução nossa).

Essas estratégias da OMS visam fortalecer a diplomacia da saúde e enfrentar os desafios de saúde global juntamente com outras instituições, e as parcerias entre os Estados tornam-se um mecanismo para a fiscalização da saúde global e para a resolução, em conjunto, de possíveis problemas de saúde, levando em consideração o fundamento de que a saúde é bem comum entre os países e garantida como um direito humano básico. Atualmente, a OMS é composta por 194 Estados membros, que atuam continuamente, por meio da cooperação internacional, para encontrar soluções eficazes contra o vírus pandêmico. Como fruto das diversas parcerias e acordos, os atores do sistema internacional foram capazes, juntamente com a OMS, de encontrar em um curto período de tempo uma vacina.

Mas qual a grande necessidade de ter a OMS durante a pandemia? Primeiramente, a organização é como uma ferramenta que os Estados membros podem se utilizar para buscar auxílio ou outra forma de cooperação. Ela ajuda os países a se preparem, com a adoção de diversas medidas restritivas, sanitárias e higiênicas indicada por ela, e também ajuda-os a combaterem o vírus se o mesmo já se encontra em disseminação por seus territórios. Isso tudo é possível pois numerosos grupos científicos examinaram e pesquisaram como ocorre a transmissão do vírus Covid-19, seus sintomas no corpo humano, as sequelas deixadas pelo mesmo, seu tempo de permanência de atividade no corpo humano e diversas outras questões relacionadas ao vírus. O resultado dessas pesquisas foi transmitido à OMS, que então pronunciou ao mundo o que deveria ser feito para remediar e para sanar o problema, até que uma solução eficaz contra o vírus, como uma vacina ou uma cura, fosse descoberta. Mas como dito anteriormente, a organização pode auxiliar e indicar essas medidas, mas não pode obrigar os Estados membros a realizarem, pois isso contraria os princípios de autonomia e de soberania nacional de cada um deles (UN NEWS, 2020).

A OMS também é responsável por transmitir informações verdadeiras, com comprovações científicas sobre o vírus Covid-19, dessa forma combatendo qualquer mito sobre o mesmo ou “fake news” que podem circular pelos meios de comunicação. Além disso, a OMS auxilia os países a encontrarem uma vacina por meio de pesquisas e testes (UN NEWS, 2020).

É possível concluir nessa fundamentação teórica que a diplomacia da saúde realizada pelos Estados perante problemas mundiais gera um aumento significativo da cooperação internacional, que envolve não apenas os Estados nações, mas também outros atores como organizações internacionais, instituições públicas ou privadas e até mesmo atores não governamentais, cujo objetivo é a restauração e desenvolvimento da saúde global. As negociações diplomáticas que possuem metas relativas à área da saúde podem beneficiar objetivos nacionais e internacionais, através da realização de acordos, parcerias e outras formas de cooperação. E as mesmas se desenvolvem continuamente ao se deparar com problemas de saúde maiores, como o caso da pandemia causada pelo vírus Covid-19, este estudado pela seguinte pesquisa.

Os atores internacionais do âmbito da saúde mobilizaram-se em prol do bem mundial para descobrir uma resposta certa para o problema da rápida disseminação e das terríveis consequências causadas por esse vírus, além disso, organizações internacionais auxiliam esses atores na procura de uma solução, como por exemplo, a Organização Mundial da Saúde (OMS). Portanto, é nítido verificar que a diplomacia da saúde é:

“... o conjunto de negociações desenvolvidas em diversos níveis, que delinea e gerencia o ambiente das políticas globais em saúde; e que, idealmente, produz melhores resultados para a saúde da população de cada país envolvido (atendendo assim, aos interesses nacionais), bem como implementa as relações entre Estados e reforça o compromisso de um amplo arco de atores em prol do empreendimento comum de assegurar a saúde como direito humano e bem público.” (BUSS & LEAL, 2009, *apud* KICKBUSH *et al.*, 2007).

Buss e Leal ainda afirmam que para ter uma emergência regular da diplomacia da saúde, os países e os outros atores devem praticar mais a cooperação, o altruísmo e a solidariedade nos processos de tomada de decisão, essa é uma forma de mostrar ao sistema internacional que determinado Estado está pronto para auxiliar a manter e a desenvolver a saúde global. E isso dará a esse Estado um maior prestígio, ou seja, os outros atores do sistema internacional vão verificar que tal Estado é solidário e útil, podendo ser alvo de mais futuras negociações diplomáticas sobre diversos temas além do da saúde. Entretanto, para que isso seja possível é necessário que ocorra o enfraquecimento da competição entre os múltiplos atores internacionais, uma competição que já é acirrada, mas que deve ser colocada em menor plano para que o bem comum seja realizado com o desenvolvimento da saúde global (BUSS & LEAL, 2009).

A pandemia do vírus Covid-19 foi uma prova colocada contra essa competição mundial, pois foi necessário a união e cooperação de muitos e diversos atores internacionais, de grandes nações até organizações não governamentais, para combater a disseminação desse vírus. Foi um momento de crescimento das negociações diplomáticas da saúde e também da cooperação internacional para encontrar uma vacina e/ou uma cura. A batalha era contra o próprio tempo, uma vez que a existência da humanidade foi colocada em risco, sendo que já ocorreram mais de dois milhões de mortes e mais de cem milhões de infectados, de acordo com os casos reportados à OMS e transmitidos para um painel de controle do Covid-19 presente em sua página da Internet, e atualizados diariamente (dados retirados do dia 29 de Janeiro de 2021) (WHO, 2021).

Finalmente é possível então concluir que a diplomacia da saúde foi essencial durante a pandemia, uma vez que as negociações diplomáticas geraram frutos promissores e benéficos, como acordos, parcerias e também um grande crescimento na cooperação e solidariedade internacional, para os múltiplos atores do cenário da saúde internacional. Dessa forma, foi possível para esses atores, juntamente com o apoio de organizações mundiais como a OMS e outras instituições, encontrar uma solução eficaz, uma vacina contra o vírus Covid-19, visando diminuir a disseminação do mesmo. É preciso enfatizar o grande papel da OMS durante essa

pandemia, que, de forma responsável e verdadeira e com o auxílio de grupos de pesquisadores, cientistas e médicos, foi capaz de emitir relatórios precisos sobre o vírus e como o mesmo se disseminava, indicar medidas preventivas e sanitárias, auxiliar os Estados a como lidar com o vírus e também amparar Estados ou regiões precárias que não possuíam recursos para combater o vírus.

Além disso, a diplomacia da saúde exercida por esses atores transformou as políticas de saúde global, e conseqüentemente, afetou o desenvolvimento da governança global de saúde. Sendo assim, é notável verificar que os progressos na área da saúde foram positivos, portanto, as metas de saúde, sejam elas relacionadas ao vírus Covid-19 ou à outra questão de saúde global, podem ser atingidas mais rápido e facilmente. Por outro lado, a governança da saúde global detém o poder de influenciar nos processos de tomada de decisões sobre a saúde de um Estado nação, e por conta disso ela irá moldar o rumo das negociações diplomáticas da saúde do mesmo, seja para satisfazer metas de saúde nacionais ou globais.

Mas para que isso seja possível, é preciso fomentar a cooperação, solidariedade e altruísmo entre os múltiplos atores do plano internacional, mostrando a necessidade de, em face de um problema de saúde global, colocar as metas de saúde em primazia, para combater a pandemia do Covid-19 e erradicar mundialmente a ameaça advinda desse vírus. A pandemia do Covid-19 fez com que quarentenas e outras medidas restritivas fossem impostas por muitos Estados para garantir o bem estar e saúde de suas sociedades, porém o setor financeiro foi gravemente atingido, uma vez que ele depende da atividade humana para se desenvolver. É esperado que os tomadores de decisão de qualquer Estado coloquem os objetivos econômicos e comerciais em segundo plano, não abandonando-os, mas dando preferência aos objetivos de saúde nacionais e internacionais.

Dissertada sobre a importância da cooperação internacional perante à pandemia do Covid-19, é essencial destacar também o valor da cooperação regional proveniente do bloco Mercado Comum do Sul (Mercosul) e de que modo o Brasil utilizou-se dessa ferramenta para auxiliar no combate à disseminação do vírus. Dessa forma, em um primeiro momento, será discutido sobre o Mercosul e qual foi sua atuação perante as dificuldades apresentadas pela pandemia. Após isso, será relevante tratar sobre a cooperação regional e a necessidade da mesma para a diplomacia da saúde. Além disso, será abordado brevemente o negacionismo do governo brasileiro e como ele afetou o desenvolvimento da cooperação regional, colocando em risco o bem-estar da população sul-americana.

Porém, é essencial discutir brevemente no que consiste o Mercosul e quais suas principais finalidades. Segundo Karina L. Pasquariello Mariano (2015), existem aspectos que impulsionaram para a criação do Mercosul e do fortalecimento da cooperação regional, são eles: a) planos de integração continental iniciados principalmente no governo do presidente estadunidense George Bush, que, conseqüentemente, conduziram o aumento da cooperação regional no Cone Sul do continente americano, cujo efeito foi o nascimento do Mercosul; b) e também o fato de que o crescimento da globalização fez com que muitos países menos desenvolvidos se sentissem ameaçados, buscando conforto e proteção na integração regional (MARIANO, 2015 *apud* FAWCETT, 2000). Dito isso, é viável compreender então que o Mercosul foi um fruto da cooperação regional e dos efeitos que fatores externos incidiam sobre os países da América do Sul. O bloco econômico teve como origem o Tratado de Assunção em 1991, cujos principais integrantes são o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela como Estados membros, além de outros países sul-americanos associados (MERCOSUL, 2021). De um modo inicial:

“Quando foi criado, o Mercado Comum do Sul se propunha a implementar a livre circulação de bens e serviços entre os países, o estabelecimento de uma tarifa externa comum, além de uma política macroeconômica e setorial entre os integrantes que assegurasse condições adequadas de concorrência entre eles.” (WELLBAUM, 2008)

Logo, é possível definir que os principais objetivos do bloco é a promoção de um espaço comunitário entre os países sul-americanos, onde ocorrerá diversas e múltiplas negociações econômicas e comerciais, e dessa forma, a cooperação regional será fortalecida, abrindo portas para o mercado internacional e futuras parcerias (MERCOSUL, 2021). A integração regional que sustenta o Mercosul funciona como um mecanismo “de abertura comercial e de aumento de capacidade do Estado para responder às novas demandas sociais ...” e também “uma estratégia de inserção internacional política e econômica” (MARIANO, 2015), e por conta desse fato, deve ser fortificada e mantida pelos países integrantes do dito bloco econômico. Por conta disso, o Mercosul acaba sendo uma instituição de cooperação regional, onde ocorre certa concordância entre os principais participantes e o estabelecimento de ordenamentos jurídicos e regras que visem coordenar e resolver determinadas questões de diversos setores da atividade humana, como a saúde (MARIANO, 2015). Por essa razão, é relevante ressaltar que as ações e reações dos atores do bloco influenciam diretamente nas decisões dos outros atores, e é por isso que deve existir um consenso entre os mesmos, ainda mais durante o período pandêmico do

vírus Covid-19, onde ações conjuntas e cooperativas geram melhores resultados e combatem ameaças à saúde de forma mais rápida e eficaz que ações individuais.

A pandemia do Covid-19 demonstrou o quão é essencial possuir e manter uma cooperação regional, seja por meio de blocos como o Mercosul, ou por meio de acordos e tratados, pois a integração derivada da mesma fortalece os países participantes e também, em tempos turbulentos como o da pandemia, é capaz de uni-los com um mesmo propósito, e dessa forma, os atores da integração regional são aptos a implementar medidas preventivas contra o vírus pandêmico. Em outras palavras, a integração regional é uma porta mais próxima para solucionar determinados problemas, pois confere maiores oportunidades para os países discutirem entre si e decidirem planos de ações que beneficiem a todos. Temos como exemplo o referido bloco econômico estudado, o Mercosul, como dito em parágrafos anteriores, possuía como objetivo inicial resolver e tratar de questões econômicas e comerciais, conferindo-lhe característica de união aduaneira, uma vez que visa uma tarifa externa comum, com livre circulação de bens e serviço (MERCOSUL, 2021). Entretanto, a pandemia fez com que o foco principal do Mercosul fosse desconstruído, dando espaço a novos objetivos e metas relacionados à área da saúde, impedindo que demais crises ocorressem. Por isso:

“É preciso sempre lembrar que processos de integração são fenômenos dinâmicos, especialmente no que se refere aos seus objetivos porque estes necessariamente devem acompanhar as mudanças e novos interesses que aparecem ao longo do tempo, assimilando novos atores e novos propósitos.” (MARIANO, 2015)

Portanto, é esperado que se derive da integração regional uma transformação nos processos de tomada de decisão dos Estados membros do bloco, que, por sua vez, irá incidir diretamente nas ações diplomáticas da saúde, visando como finalidade em comum combater a disseminação do vírus Covid-19. As ações dos países devem ser discutidas e transformadas conforme o surgimento de novos desafios, por isso a essencialidade da integração regional, que irá auxiliar no combate aos problemas ao unir e fortalecer relações entre Estados próximos, aumentando a eficácia das soluções. É importante ressaltar, mesmo que brevemente, que o desenvolvimento da cooperação regional na América do Sul foi impulsionado historicamente por princípios pan-americanos, nos quais a união entre os países da América do Sul seria a solução para combater a ação dos imperialistas na região e declarar independência. Tal fato descrito demonstra a relevância de fortalecer a integração dos países sul-americanos em prol do bem comum (BUSS et al., 2017). E como consequência positiva, essa união irá gerar uma maior cooperação na região, que por sua vez, irá gerar frutos e resultados vantajosos aos atores

integrantes. Logo, a união de países cuja finalidade é desenvolver uma melhor e maior cooperação regional possui raízes profundas no histórico da América do Sul, para que seja possível sanar eventuais problemas que ameacem setores vitais de um país, como o setor da saúde e da economia.

Portanto, é possível compreender que o desenvolvimento da diplomacia da saúde está intimamente ligado ao fortalecimento da cooperação regional, seja por meio dos blocos econômicos, como o Mercosul, ou por meio de acordos e tratados, que poderá se tornar um instrumento essencial para combater a pandemia do Covid-19 e diversos outros problemas relativos à crises de saúde. A diplomacia da saúde encontra um amparo maior na cooperação regional, uma vez que os desafios que ameaçam a área da saúde acabam afetando muitos países por não respeitarem fronteiras, assim sendo, o âmbito regional da América do Sul parece propício para unificar ações e projetos coletivos, que visem o bem da população de cada país e também a de outros (BUSS *et al.*, 2017), por conseguinte, insta salientar que a cooperação regional nada mais é que a união de políticas e projetos (ROCHA e MEDEIROS, 2021 *apud* TUSSIE, 2009) que objetivam eliminar quaisquer ameaças à saúde. Ademais, vale a ressalva de que a integração regional reafirma-se quando há a inclusão de processos de caráter político, ou seja, quando as negociações e acordos firmados envolvem a atuação dos membros do bloco regional para a criação de um conjunto de atos cujas metas vão além de questões resolutivas para problemas econômicos ou comerciais (MARIANO, 2015), isto é, abrange outras áreas, como, por exemplo, a estudada no presente trabalho, a da saúde.

Uma das principais finalidades do Mercosul em relação à área da saúde é de coletar informações verídicas, cujas qualidades serão necessárias para a criação de projetos padronizados que visam ser adotados pelos países membros do bloco (BUSS *et al.*, 2017), delineando assim, um plano eficaz contra a disseminação do Covid-19 na região da América do Sul. Dito isso, será delimitada uma linha temporal sobre a atuação do Mercosul frente à pandemia do vírus Covid-19. Como dito previamente no trabalho, mas novamente afirmando, a pandemia causada pelo vírus Covid-19 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde no dia 11 de março de 2020.

Em 17 de março de 2020, os líderes dos países membros do Mercosul se reuniram a fim de tomar medidas contra a disseminação do vírus. Entretanto as medidas adotadas possuíam mais um caráter de proteção econômica do que de prevenção e combate ao vírus pandêmico, uma vez que foi tomada em concordância a livre circulação de bens e a criação de medidas financeiras que permitiam a tomada de empréstimos com instituições como o Banco de

Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os governantes dos países declararam que havia sim uma grande essencialidade em colaborar conjuntamente para o estabelecimento de medidas sanitárias, mas a discussão sobre esse tema não foi levada em prática pelos mesmos. Logo, é possível verificar que as medidas discutidas pelos presidentes não objetivavam, em primeiro plano, atingir metas sanitárias e preventivas, pelo contrário, as medidas conversadas pendiam para o setor econômico e comercial, onde a principal finalidade era evitar mais crises econômicas e fortalecer os Estados integrantes do bloco. Então, apesar de estarem à face de uma forte pandemia em erupção, que traria grandes consequências para todos os países do mundo, os países membros decidiram então que o setor econômico do Mercosul não deveria ser prejudicado, e optaram pela proteção do mesmo, deixando em menor grau de importância, as tão necessárias, e indicadas pela OMS, medidas preventivas e sanitárias. Dois dias após essa primeira reunião, as decisões dos Estados não foram modificadas, ou seja, a livre circulação de bens e serviços não poderia ser restringida para não afetar a economia do bloco. O argumento dado pelo Mercosul foi que o transporte de insumos e medicamentos para combater o vírus não poderiam enfrentar obstáculos, pois dessa forma, abasteceriam os sistemas de saúde mais rapidamente. Não obstante, os países concordaram entre si de que a troca de informações e dados a respeito do Covid-19 deveriam ser frequentemente atualizados em reuniões (MERCOSUL, 2021).

A comunicação entre os Estados é de suma importância, principalmente no período da pandemia, pois é o intercâmbio de informações que auxiliará nos processos de tomada de decisões de cada um desses países, sendo assim, mais precisa a decretação de medidas preventivas e a atuação no combate à disseminação do vírus. Conforme visto na Declaração dos presidentes do Mercosul sobre coordenação regional para a contenção e a mitigação do Coronavírus e seu impacto (2020):

“...a pandemia causada pelo COVID-19 não respeita fronteiras, requerendo uma coordenação regional eficiente e permanente, sustentada em boas práticas, baseadas em evidência científica e em diretrizes e lineamentos emanados de organizações competentes.” (DECLARAÇÃO DOS PRESIDENTES DO MERCOSUL SOBRE A COORDENAÇÃO REGIONAL PARA A CONTENÇÃO E A MITIGAÇÃO DO CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO, 2020).

Já no dia 25 de março de 2020, o Paraguai iniciou demais conversações acerca de medidas sanitárias, tendo como foco principal agilizar as investigações e testes de doenças infecciosas e do Covid-19. Em outras palavras, a meta fundamental era detectar, por meio de testes médicos, a presença do vírus na população dos países do Mercosul, para que fosse

possível iniciar os devidos tratamentos com antecedência. Ademais, foi destacado que os institutos de saúde de cada Estado membro do bloco poderiam se utilizar dos instrumentos disponíveis para desenvolver e realizar os testes mais rapidamente. Infelizmente, a última notícia encontrada na página da internet do Mercosul foi sobre a aprovação de um fundo de emergência, datado no dia 03 de abril de 2020 (MERCOSUL, 2021). O Mercosul foi capaz de, através do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), destinar US\$ 16 milhões para os membros do bloco com o objetivo de combater o vírus e auxiliar os governos nacionais a impulsionarem medidas preventivas. Entretanto, o projeto foi vagaroso por conta da burocracia e outros contratemplos, atrasando a aplicação do próprio nos países (TOBAR & LINGER, 2020). Portanto, a breve linha temporal sobre a atuação do Mercosul na pandemia discutida é reforçada quando as autoras afirmam que:

“... não houve avanço no sentido de criação de ações multilaterais no âmbito do Mercosul para o enfrentamento à COVID-19 e suas consequências. Em síntese, a única ação concreta da organização regional para lidar com a pandemia foi o fundo de US\$ 16 milhões criado por meio do FOCEM. Assim, fica evidente que não foram transcendidas as fronteiras nacionais em prol de uma ação regional coordenada para essa crise sanitária que, notadamente, não respeita fronteiras.” (NEVES e COSTA, 2020)

Segundo as autoras Neves e Costa, diversas reuniões e declarações foram realizadas pelos países membros do bloco ao longo de 2020, com a finalidade de comunicar as situações atuais dos mesmos em relação à disseminação do Covid-19 e tomar medidas conjuntas contra a pandemia. Entretanto, o bloco foi incapaz de construir um programa de ações conjuntas contra a pandemia, mesmo existindo previamente uma união entre os países membros, e devido a isso, cada um deles acabou agindo individualmente e diferentes uns dos outros, alguns adotando quarentenas mais rígidas, como a Argentina, e outros apostando na imposição de medidas preventivas obrigatórias, como o Brasil (NEVES e COSTA, 2020). A ineficácia dos países do Mercosul em tentar combater a disseminação do vírus Covid-19 mostra a importância e necessidade do fortalecimento da cooperação regional, não apenas em termos econômicos e comerciais, mas também nas áreas da saúde. Buss *et al.* reafirma a importância da cooperação regional no atual período pandêmico ao entender que as soluções mais precisas para a crise de saúde de muitos Estados pode se encontrar em âmbito regional, e completa ainda como a integração e cooperação são essenciais para a evolução regional, como visto: “A integração é um dos caminhos para se avançar na construção do bem-estar dos povos da região.” (BUSS *et al.*, 2017).

O Mercosul ainda encontra certas dificuldades e obstáculos que precisam ser contornados para que haja maior eficiência nos planos conjuntos de ações criados pelos Estados para combater à qualquer ameaça ao bloco, como a pandemia do Covid-19, que colocou em risco o setor da saúde e da economia também, desesperando os líderes de Estado e pressionando-os a tomar decisões rápidas e efetivas contra o vírus. A tão desejada integração regional acaba se defasando quando os países membros do bloco ignoram as oportunidades que a participação ativa no Mercosul para solução de problemas oferece. O Mercosul é um forte mecanismo que visa fortalecer a cooperação regional, mas essa não irá se desenvolver se os países não se disporem a exercer ações conjuntas. Se os países continuarem negligenciando as vantagens proporcionadas pelo Mercosul e, ao invés disso, decidirem agir isoladamente, a integração regional irá se enfraquecer e problemas graves como a pandemia, serão difíceis de serem contornados e resolvidos. O Mercosul não está em retrocesso, mas é considerado ainda um processo muito lento se comparado com um mundo tão globalizado e desenvolvido (WELLBAUM, 2008 *apud* LAVAGNA, 2008).

Podemos considerar então que o Mercosul é um forte motor para a América do Sul, auxiliando na integração regional e no desenvolvimento de vários setores, mas, como todo motor, é necessário que se tenha combustível para seu funcionamento, e esse combustível seria uma maior participação dos países membros e a criação de conjuntos de medidas únicas que visem combater crises, tanto econômicas quanto sanitárias. O Brasil é considerado um forte ator no Mercosul e na América do Sul como um todo, isto é, é um Estado que oferece suporte e políticas de boa vizinhança, demonstrando interesses em projetos regionais e contribuindo para o fortalecimento da integração regional, sendo também um ator ativo no Mercosul (HAUGE, 2017). Dito isso, é relevante demonstrar como se deu a atuação regional do Brasil frente aos percalços da pandemia do Covid-19. Se o mesmo atuou de forma rápida e competente, ou então atuou com negligência e falta de responsabilidade, e se o mesmo utilizou-se dos benefícios proporcionados pela integração regional do Mercosul.

É possível destacar que, em um primeiro momento, o governo brasileiro adotou medidas negacionistas respaldadas por discursos e falas do presidente Jair Bolsonaro, e devido a isso, não tomou as medidas preventivas necessárias para combater a dispersão da doença (NEVES e COSTA, 2021 *apud* CERIONI, 2020). Para melhor compreensão do assunto discutido no presente relatório, é necessário explicar brevemente o que seria o negacionismo e quais são suas finalidades no período da pandemia. O negacionismo é uma ideologia de cunho social que visa contrariar, sem qualquer argumentação prévia, dados e conhecimentos científicos que são

comprovados verdadeiros, e, conseqüentemente as ideias negacionistas irão afetar a população e mudar o comportamento do ser humano diante de determinada situação (DUARTE e CÉSAR, 2020).

E a pandemia do vírus Covid-19 mostrou-se propícia para a propagação do negacionismo porque o próprio líder do Poder Executivo do Brasil, o presidente Jair Bolsonaro, se apoiou e utilizou desse instrumento para contrariar e desmentir as informações verídicas sobre o vírus pandêmico advindas de profissionais da saúde, pesquisadores, cientistas e até mesmo da Organização Mundial da Saúde (OMS), causando confusão e histeria no povo brasileiro, que no início da pandemia, desconhecia muito sobre os sintomas do vírus e como combatê-los (DUARTE e CÉSAR, 2020). Verifica-se tal afirmação quando:

“Estavam dadas, assim, todas as condições para que a pandemia de Covid-19 se transformasse num foco privilegiado de produção e disseminação governamentais de teses negacionistas, as quais implicaram não apenas a politização do vírus, mas também a politização de medicamentos, como a Cloroquina e a Hidroxicloroquina, a politização da própria Organização Mundial da Saúde e de suas recomendações científicas, bem como, mais recentemente a própria politização das vacinas.” (DUARTE e CÉSAR, 2020).

Após explicar o negacionismo, é possível entender a relação do mesmo com o afastamento do Brasil da cooperação regional. Explicando mais a fundo, a política negacionista e antidemocrática vêm colocando o país na contramão do mundo, e conseqüentemente, as ações diplomáticas da saúde que visavam ampliar a cooperação regional são enfraquecidas e esquecidas (ALVARENGA *et al.*, 2020).

Para que a diplomacia da saúde fortifique a cooperação regional, principalmente no Mercosul, ou vice e versa, é essencial a retomada das relações do Brasil com os países vizinhos, todos com o mesmo propósito, de zelar e garantir a saúde da população sul-americana. A criação do Mercosul não foi apenas visando ampliar os horizontes econômicos e comerciais, mas também “... reduzir riscos de epidemias e outros problemas que transcendem fronteiras, e aproveitar oportunidades no campo da saúde” (RIBEIRO e VENTURA, 2018 *apud* BUSS *et al.*, 2017). O Brasil, por conta do negacionismo e distanciamento da cooperação regional, não soube aproveitar os instrumentos e recursos regionais que estavam a seu alcance para combater o vírus e seus efeitos.

Desde o final dos anos 90 até as primeiras décadas dos anos 2000, o Brasil exercia um papel de protagonista na região da América do Sul, e por conta disso possuía influência suficiente para intensificar a cooperação regional dentro do Mercosul, além de outros blocos sul-americanos. Logo, é plausível entender que o Brasil era considerado um Estado forte na

região para os outros países, em relação às relações diplomáticas, nas quais usualmente sustentava a integração regional em busca da paz e harmonia (HAUGE, 2017). Assim sendo: “...a chamada ‘superpotência regional’, Brasil, manteve um perfil baixo mas construtivo e de apoio na gestão de conflitos e crises na região. Como tal, o Brasil contribuiu para fortalecer a unidade regional...” (HAUGE, 2017) (tradução nossa).

Conclui-se então que, o Brasil, mesmo possuindo meios eficazes regionais, como o Mercosul, acabou distanciando-se da integração regional, que há décadas cultivava com os demais países da América do Sul, trazendo assim, várias consequências negativas para o país, como um conjunto de ações preventivas contra o vírus mal preparado e vagaroso, gerando crises de saúde por todo território brasileiro e agravando ainda mais a crise econômica. O ideal, durante as crises causadas pela pandemia, seria que o Brasil reconhecesse a forte fundação criada pela união dos países da América do Sul e utiliza-se da mesma para combater a o vírus Covid-19, uma vez que o acesso ao apoio regional é mais rápido e eficaz do que o acesso ao apoio internacional. Ademais, insta salientar que o fortalecimento da cooperação regional é de extrema importância para o desenvolvimento da diplomacia da saúde regional também, uma vez que os países do bloco buscam combater crises sanitárias através da construção de planos conjuntos e ordenados.

6.0 CRONOGRAMA ORIGINAL

<i>Etapas</i>	<i>Mês da Execução</i>											
	A G O	S E T	O U T	N O V	D E Z	J A N	F E V	M A R	A B R	M A I	J U N	J U L
1 – Pesquisa bibliográfica e dados documentais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
2 – Revisão sistemática da literatura	X	X	X							X	X	
3 – Organização e elaboração do relatório parcial						X	X					
4 – Organização, análise e dados recolhidos para a elaboração da hipótese							X	X	X			
5 – Elaboração do documento final											X	X

7.0 CRONOGRAMA PARA AS ETAPAS FUTURAS

<i>Etapas</i>	<i>Mês da Execução</i>								
	MA R	AB R	M A I	JU N	JU L	AG O	SE T	OU T	NO V
1 – Pesquisa bibliográfica	X								
2 – Finalização e revisão do relatório parcial	X								
3 – Entrega do relatório parcial	X								
4 – Organização, análise e dados recolhidos para a elaboração do relatório final		X	X	X					
5 – Inserção das referências finais			X	X					
6 – Finalização e entrega do relatório final					X	X	X		
7 – Elaboração da monografia								X	
8 – Apresentação no fórum de iniciação científica									X

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Vinicius Villani. **Brasil e a “diplomacia da saúde”**: um recorte temporal da atuação do Estado na pandemia de Covid-19. Boa Vista: Boletim de Conjuntura (BOCA), ano II, v. 4, n. 10, 2020. Disponível em: < <https://revista.ufr.br/boca/article/view/DiplomaciaSaude/3108>>. Acesso em: 16, mar. 2021.

ALCÁZAR, S. *et al.* **Global Health Diplomacy: Concept, Issues, Actors, Instruments, Fora and Cases**. Nova Iorque: Springer Science+Business Media, 2013.

ALVARENGA, Alexandre Andrade et al. **Política externa e diplomacia da saúde global em tempos de pandemia: o Brasil na contramão do mundo**. São Paulo: Scielo, 2020. Disponível em: < <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/881/1232>>. Acesso em: 14, mar. 2021.

BARRACLOUGH, Simon; PHUA, Kai-Lit. **Health imperatives in foreign policy: the case of Malaysia**. Bulletin of the World Health Organization, v. 85, n. 3, 2007. Disponível em: < <https://www.scielosp.org/pdf/bwho/2007.v85n3/225-229/en>>. Acesso em: 24, jan.2021.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BUSS, Paulo Marchiori et al. **Desenvolvimento, saúde e política internacional: a dimensão da pesquisa e inovação**. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, v. 32, n.2, 2016. Disponível em: < <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2016.v32suppl2/e00046815/pt>>. Acesso em: 25, jan. 2021.

BUSS, Paulo Marchiori (org.); FONSECA, Luiz Eduardo (org.). **Diplomacia da Saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho**. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19, Editora Fiocruz, 2020. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/hdyfg/pdf/buss-9786557080290.pdf>>. Acesso em: 16, mar. 2021.

BUSS, Paulo Marchiori (org.); TOBAR, Sebastián (org.). **Diplomacia em Saúde e Saúde Global: perspectivas latino-americanas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

BUSS, Paulo M. **Governança global para a saúde**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, v. 30, n. 4, p. 681-683, 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/csp/v30n4/0102-311X-csp-30-4-0681.pdf>>. Acesso em: 25, jan. 2021.

BUSS, Paulo Marchiori; ALCÁZAR, Santiago; GALVÃO, Luiz Augusto. **Pandemia pelo Covid-19 e multilateralismo: reflexões a meio do caminho**. São Paulo: Estudos avançados, v. 34, n. 99, p. 45-64, ago. 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-45.pdf>>. Acesso em: 28, jan. 2021.

BUSS, Paulo Marchiori; LEAL, Maria do Carmo. **Saúde global e diplomacia da saúde**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, v. 25, n. 12, p. 2540-2541, dez. 2009. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/csp/v25n12/01.pdf>>. Acesso em: 14, jan. 2021.

CHRISTENSEN, Jen; SENTHILINGAM, Meera. **Coronavirus explained: what you need to know**. CNN. Disponível em: < <https://edition.cnn.com/2020/01/20/health/what-is-coronavirus-explained/index.html>>. Acesso em: 17, mar. 2020.

COUSENS, Elizabeth; CARVALHO, Ilona Szabó de. Why we need international cooperation now more than ever. **World Economic Forum**, 2020. Disponível em: < <https://www.weforum.org/agenda/2020/09/global-cooperation-international-united-nations-covid-19-climate-change/>>. Acesso em: 16, jan. 2021.

DINGWERTH, Klaus; PATTBERG, Philipp. **Global Governance as a Perspective on World Politics**. *Global Governance*, v. 12, n. 2, p. 185-203, 2006. Disponível em: < <https://digitallibrary.un.org/record/582617>>. Acesso em: 10, fev. 2021.

FERRAZ, Adriana; GODOY, Marcelo. Um governo na contramão do mundo. *Jornal Estadão online*, 2021. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,bolsonaro-esta-na-contramao-do-mundo-no-combate-a-covid-19,1154756>>. Acesso em 26, mar. 2021.

FREITAS, Carlos Machado de et al. **O Brasil Seis Meses após Declaração da Covid-19 como Pandemia Global**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, cap. 18, p. 281-301, 2020. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/hdyfg/pdf/buss-9786557080290-21.pdf>>. Acesso em: 16, mar. 2021.

GARCIA, Diego. **Fim do auxílio e redução dos empregos afetam consumo e produção**. Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/fim-do-auxilio-e-reducao-de-empregos-afetam-consumo-e-producao.shtml>>. Acesso em: 23, mar. 2021.

HAUGE, Wenche Iren. **Regional Cooperation in Latin America: The Role of Brazil**. PRIO Policy Brief, set, 2017. Disponível em: <<https://www.prio.org/utility/DownloadFile.ashx?id=1520&type=publicationfile>>. Acesso em: 12, set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal do IBGE**. Rio de Janeiro: 2021.

KICKBUSCH, Ilona; BERGER, Chantal. **Diplomacia da Saúde Global**. R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 19-24, mar., 2010.

KICKBUSCH, Ilona et al. (ed.). **Global Health Diplomacy: Concepts, Issues, Actors, Instruments, Fora and Cases**. Editora Springer Science+Business Media, 2013.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. **Desenvolvimento e cooperação internacional**. Cad. CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 183-186, ago. 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n65/v25n65a01.pdf>>. Acesso em: 15, jan. 2021.

LENNOX, Victoria. **Conceptualising Global Governance in International Relations**. *E-International Relations*, 2008. Disponível em: < <https://www.e-ir.info/2008/10/03/conceptualising-global-governance-in-international-relations/>>. Acesso em: 25, jan. 2021.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. **Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2015.

MARTINS, Pollyanna *et al.* **Diplomacia da saúde global: proposta de um modelo conceitual.** São Paulo: Saúde Soc., v. 26, n.1, p. 229-239, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v26n1/1984-0470-sausoc-26-01-00229.pdf>>. Acesso em: 15, jan. 2021.

MERCOSUL. **About Mercosur.** Mercado Comum do Sul. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/en/about-mercursosur/mercursosur-in-brief/>>. Acesso em: 14, set. 2021.

MERCOSUL. **Esforço regional contra a pandemia: o Mercosul aprovou um fundo de emergência de US 16 milhões que serão destinados totalmente para o combate contra o Covid-19.** Mercado Comum do Sul. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/esforco-regional-contr-a-pandemia-o-mercursosul-aprovou-um-fundo-de-emergencia-de-us-16-milhoes-que-serao-destinados-totalmente-para-o-combate-contr-a-covid-19/>>. Acesso em: 14, set. 2021.

MERCOSUL. **Mandatários do Mercosul acordam livre trânsito de cargas e serviços na fronteira para manter a economia regional.** Mercado Comum do Sul. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/mandatarios-do-mercursosul-acordam-livre-transito-de-cargas-e-servicos-na-fronteira-para-manter-a-economia-regional/>>. Acesso em: 14, set. 2021.

MERCOSUL. **Os presidentes do Mercosul acordam medidas contra o coronavírus.** Mercado Comum do Sul. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/os-presidentes-do-mercursosul-acordam-medidas-contr-a-coronavirus/>>. Acesso em: 14, set. 2021.

MERCOSUL. **Os presidentes da região acordam medidas para combater o Covid-19.** Mercado Comum do Sul. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/os-presidentes-da-regiao-acordam-medidas-para-combater-o-covid-19/>>. Acesso em: 14, set. 2021.

MERCOSUL. **Paraguai iniciou trâmites no Mercosul para acelerar a investigação de doenças infecciosas e da Covid-19.** Mercado Comum do Sul. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/paraguai-iniciou-tramites-no-mercursosul-para-acelerar-a-investigacao-de-doencas-infecciosas-e-da-covid-19/>>. Acesso em: 14, set. 2021.

MERCOSUL. **Quem somos: em poucas palavras.** Mercado Comum do Sul. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/>>. Acesso em: 14, set. 2021.

MERCOSUL. **Quem somos: objetivos do Mercosul.** Mercado Comum do Sul. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/objetivos-do-mercursosul/>>. Acesso em: 14, set. 2021.

MICHAUD, Josh; KATES; Jennifer. **Global health diplomacy: advancing foreign policy and global health interests.** Global Health: Science and Practice, v. 1, n. 1, 2013.

MORENO, Rafael Muñoz; HANUSCH, Marek. **O impacto da pandemia de COVID-19 na economia brasileira: preservando a vida e o sustento.** World Bank Blogs: 2020. Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/pt/latinamerica/o-impacto-da-pandemia-de-covid-19-na-economia-brasileira-preservando-vida-e-o-sustento>>. Acesso em: 23, mar. 2021.

NEVES, Bárbara Carvalho; COSTA, Gabriela Dorneles Ferreira da. **E o Mercosul? Os impasses regionais diante da pandemia de Covid-19.** Observatório de Regionalismo: dossiê, 2020. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/wp-content/uploads/2020/11/Dossi%C3%AA-2020-Pt-2020-11-26-dragged-5.pdf>>. Acesso em: 14, set. 2021.

OLIVEIRA, Paulo Ricardo S. **Impactos da Pandemia de Covid-19 sobre a Economia Brasileira.** Unicamp: Blogs de Ciência da Unicamp, 2020. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/impactos-da-pandemia-de-covid-19-sobre-a-economia-brasileira/>>. Acesso em: 23, mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **About WHO/What we do.** World Health Organization. Disponível em: <<https://www.who.int/about/what-we-do>>. Acesso em: 24, jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO).** Nova Iorque, 1946. Disponível em: <www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organização-Mundial-da-Saúde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 28, jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Listings of WHO's response to COVID-19.** World Health Organization. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/29-06-2020-covidtimeline>>. Acesso em: 28, jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Missão e Objetivos.** World Health Organization. Disponível em: <<https://www.who.int/eportuguese/mission/missao/en/>>. Acesso em: 24, jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard.** World Health Organization. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 30, jan. 2021.

PANISSET, Ulysses. **Conceitos operacionais para diplomacia em saúde: promovendo desenvolvimento humano por meio da cooperação internacional.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, parte I, cap. 2, p. 87-114, 2017.

PEREIRA, Chyara Sales; RAMOS, Leonardo César Souza; SANTOS FILHO, Onofre dos. **Governança global, governamentalidade e uma nova visão acerca da relação entre explicação e compreensão nas Relações Internacionais.** São Paulo: 3º Encontro nacional ABRI 2011, 2011. Proceedings online. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais – USP. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v3/a29.pdf>>. Acesso em: 13, jan. 2021.

RENGANATHAN, Elil. **The World Health Organization as a Key Venue for Global Health Diplomacy.** Editora Springer Science+Business Media, cap. 12, p. 173-185, 2013.

RIBEIRO, Helena; VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **Diplomacia em Saúde e Saúde Global: perspectivas latino-americanas.** São Paulo: Revista de Saúde Pública, v. 53, 37, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v53/pt_0034-8910-rsp-53-37.pdf>. Acesso em: 28, jan. 2021.

ROCHA, Felipe Ferreira de Oliveira; MEDEIROS, Marcelo de Almeida. **American Regionalism and Brazilian Diplomatic Discourse (1946-2019)**. Contexto Internacional, v. 43(1), jan/abr 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cint/a/hxNmqrTRcZZvjpMtMV89f9nD/?format=pdf&lang=en>>. Acesso em: 12, set. 2021.

ROSENAU, James N. **Governance in the Twenty-first Century**. Global Governance, v. 1, n. 1, p. 13-43, 1995. Disponível em: <<https://sta.uwi.edu/iir/normangirvanlibrary/sites/default/files/normangirvanlibrary/documents/Governance%20in%20the%20Twenty-first%20Century.pdf>>. Acesso em: 25, jan. 2021.

SARTI, Thiago Dias et al. **Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19?** Brasília, Epidemiol Serv. Saúde, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ress/v29n2/2237-9622-ress-29-02-e2020166.pdf>>. Acesso em: 28, jan. 2021.

SATO, Eiiti. **Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais do século XXI**. Brasília: Rev. bras. polít. int., v. 46, n. 2, p. 161-176, dez. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a07.pdf>>. Acesso em: 15, jan. 2021.

SATO, Eiiti. **International cooperation: an essential component of international relations**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, v. 4, n. 1, p. 42-52, mar. 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17399/4/ve_Eiiti_Sato_2010_en.pdf>. Acesso em: 28, jan. 2021.

SOUZA, Diego de Oliveira. **A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social**. Rio de Janeiro: Ciênc. saúde coletiva, v.25, supl. 1, jun. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v25s1/1413-8123-csc-25-s1-2469.pdf>>. Acesso em: 28, jan. 2021.

TOBAR, Sebastián; LINGER, Carlos. **América Latina e Caribe: entre Covid-19 e a crise econômica e social**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, cap. 13, p. 199-211, 2020. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/hdyfg/pdf/buss-9786557080290-16.pdf>>. Acesso em: 16, mar. 2021.

UN NEWS. **5 reasons the world needs WHO, to fight the COVID-19 pandemic**. UN News, 2020. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2020/04/1061412>>. Acesso em: 28, jan. 2021.

UOL, Economia. **Com pandemia, PIB do Brasil cai 4,1% em 2020, pior queda em 24 anos**. São Paulo: UOL, 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/03/03/pib-brasil-2020-ibge.htm>>. Acesso em: 23, mar. 2021.

UOL, Economia. **Mercosul completa 30 anos fragilizados por divergências entre parceiros**. São Paulo: UOL, 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2021/03/22/mercosul-completa-30-anos-enfraquecido.htm>>. Acesso em 14, set. 2021.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; PEREZ, Fernanda Aguilar. **Crise e reforma da Organização Mundial da Saúde**. São Paulo: Lua Nova, n. 92, p. 45-77, 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ln/n92/a03n92.pdf>>. Acesso em: 28, jan. 2021.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima et al. **Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 4, abr. 2020. Disponível em: < <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2020.v36n4/e00040620/pt>>. Acesso em: 28, jan. 2021.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **Do Ebola ao Zika: as emergências internacionais e a securitização da saúde global**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, v. 32, n. 4, e00033316, abr. 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/csp/v32n4/1678-4464-csp-32-04-e00033316.pdf>>. Acesso em: 28, jan. 2021.

VEJA SAÚDE. **OMS decreta pandemia do novo coronavírus. Saiba o que isso significa**. VEJA Saúde. Disponível em: < <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>>. Acesso em: 17, mar. 2020.

WELLBAUM, Andrea. **Após 17 anos, Mercosul ainda engatinha**. BBC Brasil, 2008. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080303_ams_uruguai_mercosul_aw>. Acesso em: 14, set. 2021.

CARTA DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO AO CEP OU CEUA

À

COORDENADORIA DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA USC

Informo que não é necessária a submissão do projeto de pesquisa intitulado A DIPLOMACIA DA SAÚDE EXERCIDA PELO BRASIL PARA CONTENÇÃO DO COVID-19: PANORAMAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS, ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) ou à Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) devido à ausência de pesquisa diretamente ligada à coleta de dados de pessoas ou animais.

Atenciosamente,

Bauru, 14 de setembro de 2021.